



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
Conselho Superior

Avenida Vicente Simões, 1111 – Bairro Nova Pouso Alegre – 37553-465 - Pouso Alegre/MG
Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

RESOLUÇÃO N° 072/2019, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a aprovação “ad referendum” da criação do Programa Institucional de Apoio à Formação Docente no IFSULDEMINAS, com criação da Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica na modalidade Educação à Distância (EaD) e aprovação de seu respectivo Projeto Pedagógico de Curso

O Reitor Substituto e Presidente Suplente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Cleber Ávila Barbosa, nomeado Portaria nº 1.426, publicado no DOU de 14/08/2014, seção 2, página 25, e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar “ad referendum” a criação do Programa Institucional de Apoio à Formação Docente no IFSULDEMINAS, com criação da Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica na modalidade Educação à Distância (EaD) e aprovação de seu respectivo Projeto Pedagógico de Curso.

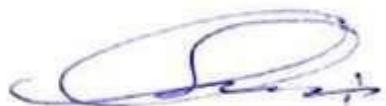
Art.2º - O Programa Institucional de Apoio à Formação Docente no IFSULDEMINAS visa promover a formação dos docentes vinculados à Instituição para dar atendimento, de forma excepcional, ao artigo 40, § 2º, inciso I da Resolução CEB/CNE 06/2012.

Art.3º - A ação primordial do Programa de Institucional de Apoio à Formação Docente do IFSULDEMINAS será a oferta de um curso de Pós-Graduação Lato Sensu, denominado Especialização em Docência da Educação Profissional e Tecnológica, que tem como ato de criação a presente resolução e terá como público prioritário os docentes vinculados ao IFSULDEMINAS que necessitem de tal formação para dar cumprimento ao dispositivo regimental citado no artigo 2º.

Art. 4º - As execuções do Projeto de Curso – que segue aprovado e anexo à presente resolução – e da oferta ficarão a cargo da Pró-Reitoria de Ensino em conjunto com a Diretoria de Educação à Distância, podendo ser estabelecidas parcerias com os *campi* da Instituição e outras Pró-Reitorias, de modo a dar atendimento aos objetivos do Programa.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Alegre, 10 de outubro de 2019.



**Cleber Ávila Barbosa
Presidente Suplente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS**



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

POUSO ALEGRE – MG

2019

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Abraham Weintraub

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Ariosto Antunes Culau

REITOR DO IFSULDEMINAS
Marcelo Bregagnoli

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS
Luiz Ricardo de Moura Gissoni

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Giovane José da Silva

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Cleber Ávila Barbosa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Sindynara Ferreira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Marcelo Bregagnoli

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Carlos Henrique Rodrigues Reinato, João Paulo de Toledo Gomes, João Olympio de Araújo Neto, Renato Aparecido de Souza, Mariana Felicetti Rezende, Luiz Flávio Reis Fernandes, Thiago Caproni Tavares

Representante do Ministério da Educação

Eduardo Antônio Modena

Representantes do Corpo Docente

Selma Gouvêa de Barros, Pedro Luiz Costa Carvalho, Carlos Alberto Machado Carvalho, Beatriz Glória Campos Lago, Jane Piton Serra Sanches, Antônio Sérgio da Costa, Fernando Carlos Scheffer Machado

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

Priscilla Lopes Ribeiro, Matheus Borges de Paiva, Marcelo Rodrigo de Castro, João Alex de Oliveira, Rafael Martins Neves, Arthemisa Freitas Guimarães Costa, Mayara Lybia da Silva, Mônica Ribeiro de Araújo

Representantes do Corpo Discente

Ana Paula Carvalho Batista, Maria Alice Alves Scalco, Renan Silvério Alves de Souza, Matheus José Silva de Sousa, Flávio Oliveira Santos, Oseias de Souza Silva, Felícia Erika Nascimento Costa

Representantes dos Egressos

César Augusto Neves, Keniara Aparecida Vilas Boas, Isa Paula Avelar Rezende, Rodrigo da Silva Urias

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno, Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Clemilson José Pereira, Teovaldo José Aparecido

Representantes do Setor Público ou Estatais

Ivan Santos Pereira Neto

Mauro Fernando Rego de Mello Junior

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS**

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

Campus Inconfidentes
Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Campus Muzambinho
Renato Aparecido de Souza

Campus Passos
João Paulo de Toledo Gomes

Campus Poços de Caldas
Thiago Caproni Tavares

Campus Pouso Alegre
Mariana Felicetti Rezende

Campus Avançado Carmo de Minas
João Olympio de Araújo Neto

Campus Avançado Três Corações
Francisco Vítor de Paula

SUMÁRIO

1 DADOS INSTITUCIONAIS	07
1.1 Dados da Proponente	07
1.2 Dados da Entidade Mantenedora	07
2 DADOS GERAIS DO CURSO	08
3 APRESENTAÇÃO DO CURSO	09
3.1 Justificativa	09
3.2 Objetivo Geral	10
3.3 Objetivos Específicos	10
3.4 Concepção do Curso	11
3.5 Perfil do Egresso	11
4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	13
4.1 Núcleos Estruturantes	13
4.2 Matriz Curricular	14
4.3 Ementário	14
4.4 O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	20
5 METODOLOGIA	22
5.1 Concepções gerais da Metodologia de Curso	22
5.2 O Ambiente Virtual de Aprendizagem	22
5.3 O Material Didático	23
5.4 Mecanismos de Interação	23
5.4 Atividades de Tutoria (Mediação)	24
6 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	26
6.1 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	26
6.2 Da Frequência	26
6.3 Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação	26
6.4 Desligamento do Discente	26
6.5 Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	27
7 APOIO AO DISCENTE	28
7.1 Atendimento Geral	28
7.2 Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais	28
8 COLEGIADO E COORDENAÇÃO DE CURSO	31
8.1 Funcionamento do Colegiado de Curso ou equivalente	31

8.2 Atuação do(a) Coordenador(a)	31
9 CERTIFICAÇÃO	33

1 DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 Dados da Proponente

Nome da Instituição **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**
CNPJ **10.648.539/0001-05**
Nome do Dirigente **Marcelo Bregagnoli**
Endereço do Instituto **Av. Vicente Simões, 1111**
Bairro **Nova Pouso Alegre**
Cidade **Pouso Alegre**
UF **Minas Gerais**
CEP **37553-465**
DDD/Telefone **(35) 3449 6150**

1.2 Dados da Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC**
CNPJ **00.394.445/0532-13**
Nome do Dirigente **Ariosto Antunes Culau**
Endereço do Instituto **Esplanada dos Ministérios Bloco 1, 4º andar – Ed. Sede**
Bairro **Asa Norte**
Cidade **Brasília**
UF **Distrito Federal**
CEP **70047-902**
DDD/Telefone **(61) 2022 8597**

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome	Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica
Modalidade	Educação à Distância
Local	IFSULDEMINAS – Reitoria
Ano de Implantação	2019
Habilitação	Docência na Educação Profissional e Tecnológica
Número de Vagas	300, sendo divididas em 40 vagas por polo de oferta
Polos de Oferta	Carmo de Minas, Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Três Corações.
Forma de Ingresso	Definida em edital próprio
Requisitos de Acesso	Ser professor da carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico portador de diploma de curso de graduação (bacharelado ou superior de tecnologia)
Duração do Curso	12 meses
Periodicidade	Projeto especial com previsão de uma oferta, podendo ser estendida
Estágio	Não exigido
Carga Horária Total	360 horas
Ato Autorizativo	Resolução CONSUP/IFSULDEMINAS No XX de XX de setembro de 2019
Coordenador do Curso	Evandro Moreira da Silva
e-mail	diretoria.ead@ifsuldeminas.edu.br
Endereço	Instituto Federal do Sul de Minas Av. Vicente Simões, 1111 Bairro Nova Pouso Alegre CEP: 37553-465 Pouso Alegre - MG
Telefone	(35) 3449 6261

3 APRESENTAÇÃO DO CURSO

3.1 Justificativa

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPT) e criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia como modelo institucional inovador, assumindo o protagonismo do processo de expansão das políticas educacionais federais com forte inserção na área da pesquisa aplicada, extensão tecnológica e na formação de professores para as redes públicas de educação básica. Os Institutos assumiram, então, valor estratégico para o desenvolvimento nacional, com atuação no ensino fundamental e médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, na formação inicial e continuada de trabalhadores, na formação de técnicos, nos cursos superiores de tecnologia, nas licenciaturas e em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu em todos os estados brasileiros. Os Institutos trazem inovações nas dimensões política, institucional e pedagógica que os habilitam para um papel estratégico na formulação das políticas de educação. Considerando que a Rede Federal de EPT atualmente possui um quadro de 27.966 professores efetivos dos quais 17.140 (61%) tem tempo de serviço entre 0 e 5 anos, 3.991 (14%) entre 6 e 10 anos, logo 75% do quadro de professores ingressaram na Rede Federal nos últimos dez anos. Considerando que no Brasil não há uma oferta estruturada de formação de professores para educação profissional e tecnológica, resultando na ausência de saberes e competências pedagógicos específicos para atuar nos diversos níveis e modalidades de ensino da EPT, delineia-se a necessidade para a formação de professores em docência na educação profissional e tecnológica em cursos de pós-graduação, uma vez que a graduação é requisito mínimo para ingresso de docentes na Rede Federal.

Assim, oferta da pós-graduação Lato Sensu em Educação Profissional e Tecnológica se justifica tendo em vista, primeiramente, o atendimento, de forma excepcional, ao artigo 40, § 2º, inciso I da Resolução CEB/CNE 06/2012.

Diante disso, o IFSULDEMINAS, instituição que tem se destacado pela relevância social e pertinência no campo da educação profissional e tecnológica, tem como objetivos - dentre outros - a oferta da educação continuada, com o intuito de atualizar, aperfeiçoar e especializar profissionais da comunidade interna e externa.

O ensino profissional vem sendo ampliado no Brasil ao longo dos anos. Nessa perspectiva, o IFSULDEMINAS, envolvido com as questões educacionais nacionais e regionais, e sentindo-se responsável pela formação de parcela da população destinada ao exercício profissional na área em questão propõe esse curso. Assim, a proposta da especialização objetiva oferecer um

ensino de qualidade, em sintonia com as novas concepções, conhecimentos e inovações desse campo educacional, considerando os avanços tecnológicos necessários para atuação do docente nessa modalidade de ensino.

A educação profissional e tecnológica como um processo social é um elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de trabalhadores na sociedade contemporânea. Para isso, essa educação deve possibilitar ao educando como ser político e produtivo a construção de conhecimentos pautada em bases científicas, tecnológicas, culturais e ético-políticas.

Implementar este curso de especialização em educação profissional e tecnológica, inicialmente direcionado aos servidores docentes e técnico-administrativos do IFSULDEMINAS, requer da instituição desenvolvê-lo de forma que possibilite a esses profissionais o aprimoramento das atividades que desempenham cotidianamente, favorecendo, ainda, o fortalecimento do pensar crítico e criativo acerca da legislação da educação profissional e tecnológica orientadora de práticas educativas, e o entendimento da tecnologia comprometida com o social. Isso significa buscar a elevação da qualificação dos servidores, possibilitando-lhes oportunidades de atualização permanente dos conhecimentos e de aperfeiçoamento contínuo por meio de estudos sobre a importância da educação profissional e tecnológica inter-relacionando teoria e prática.

3.2 Objetivo Geral

Formar profissionais especialistas pesquisadores com capacidades técnica, política e ética para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, considerando as peculiaridades desse campo de atuação.

3.3 Objetivos Específicos

- Formar e qualificar profissionais especialistas para atuar na Educação profissional como docente;
- Aprimorar o desempenho profissional dos professores que atuam na Educação profissional;
- Oportunizar a sistematização e produção de conhecimentos no campo da educação profissional;
- Favorecer a realização de pesquisa científica sobre a educação profissional e tecnológica com vistas a orientação da prática pedagógica no IFSULDEMINAS;
- Desenvolver uma cultura de pesquisa voltada para a educação profissional buscando a integração entre as instituições educacionais, comunidade local e o setor produtivo;

- Compreender o conceito de trabalho como princípio educativo;
- Possibilitar a compreensão da estrutura e do funcionamento da educação profissional no Brasil;
- Possibilitar a compreensão das relações entre trabalho e educação profissional.

3.4 Concepção do Curso

O curso ora proposto permite o emprego de metodologias participativas e vivência das situações de ensino, pesquisa, extensão e de gestão, para nelas promover a atuação prática à luz da reflexão teórica, tendo sido concebido dentro da proposta de uma pedagogia sociointeracionista e fundamentado nos seguintes pressupostos:

- I. A integração entre educação, trabalho, ciência e tecnologia, que contribui para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam na EPT, sustentando-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como exigências da prática educativa;
- II. A necessidade da formação de um profissional que possa atuar em diversos níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica como professor, pesquisador, formador de formadores, gestor educacional de programas e projetos e formulador e executor de políticas públicas;
- III. A contribuição da pós-graduação para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam ou venham atuar na esfera educativa da EPT sustentando sua prática pedagógica nos princípios da interdisciplinaridade, de contextualização e da flexibilização antes as exigências crescentemente adaptativas.

3.5 Perfil do Egresso

O egresso do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica deve apresentar como perfil profissional a capacidade de:

- I. Atuar em diferentes níveis de ensino, instituindo espaços participativos na relação ensino e aprendizagem pautada pelo respeito mútuo, assim como pelo respeito à trajetória e aos saberes dos estudantes.
- II. Promover a ênfase na relação dos conhecimentos científicos e técnicos, assim como com o mundo do trabalho.
- III. Desenvolver ações que consolidem a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

IV. Promover o processo educativo de caráter crítico-reflexivo com atitude orientada pela e para a responsabilidade social.

V. Promover a integração entre a educação profissional e tecnológica e a educação básica, através dos eixos de verticalidade e horizontalidade.

VI. Orientar o processo de ensino e de aprendizagem a partir da problematização e da mediação, visando à formação crítica, humanística e a competência técnica na área do conhecimento e de atuação profissional dos estudantes.

VII. Estabelecer relações entre estado, sociedade, ciência, tecnologia, trabalho, cultura, formação humana e educação.

4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1 Núcleos Estruturantes

O curso está estruturado em três eixos, em conformidade com a Resolução CNE/CE nº 02/1997:

- I. NÚCLEO CONTEXTUAL, visando à compreensão do processo de ensino aprendizagem referido à prática de escola, considerando tanto as relações que se passam no seu interior, com seus participantes, quanto as suas relações, como instituição com o contexto imediato e o contexto geral onde está inserida.
- II. NÚCLEO ESTRUTURAL, abordando conteúdos curriculares, sua organização sequencial, avaliação e integração com outras disciplinas, os métodos adequados ao desenvolvimento do conhecimento em pauta, bem como sua adequação ao processo de ensino-aprendizagem.
- III. NÚCLEO INTEGRADOR, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos na prática de ensino, com vistas ao planejamento e reorganização do trabalho escolar, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos multidisciplinares com a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso.

4.2 Matriz Curricular

A organização dos Núcleos Estruturantes e as disciplinas componentes de cada núcleo, com as respectivas cargas horárias, estão dispostas no Quadro 1, sendo que, ao concluir o curso, o discente terá cumprido uma carga horária total de 360 horas, considerando as atividades teóricas e práticas, e, as atividades presenciais nos polos e a distância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Quadro 1 – Organização da Matriz Curricular

Núcleos	Disciplinas	Carga Horária
Contextual	História, legislação e políticas da EPT no Brasil	40
	Currículo e Trabalho na EPT	40
	Gestão em EPT	40
Estrutural	Didática, planejamento e avaliação na EPT	40
	Tecnologias Educacionais	40
	Métodos e Técnicas de Pesquisa e Extensão em EPT	40
Integrador	Projeto de Observação Pedagógica (POP)	20
	Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) em EPT	60
	Trabalho de Conclusão de Curso	40
Carga Horária Total		360

4.3 Ementário

Componente Curricular:

História, legislação e políticas da EPT no Brasil

Ementa:

História da Educação Brasileira. Reformas Educacionais. Aspectos históricos, legais e organizacionais da EPT no Brasil. A nova institucionalidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A formação docente e as propostas das diretrizes curriculares. O professor da educação profissional e tecnológica.

Bibliografia:

BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). (MEC/SETEC). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, (CNE/CEB). (MEC/SETEC), 2012.

_____. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, (CNE/CEB). (MEC/SETEC), 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GHIRALDELLI JR., Paulo. História da educação brasileira. 2a ed; São Paulo; Cortez, 2006.

GUIMARÃES, Valter Soares. Formação de professores: saberes, identidade e profissão. Campinas: Papirus, SP, 2004 (Coleção Entre Nós Professores).

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. Brasília : INEP/MEC, 2008. (Coleção Educação Superior em Debate; v. 8)

KUENZER, Acácia. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. São Paulo: Xamã, 1999.

KUENZER, Acácia. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e educação do trabalhador. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MANFREDI, Sílvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. MARTINS, Jorge Santos. Situações Práticas de Ensino - Aprendizagem significativa. Autores Associados, Campinas, 2009. (Coleção Formação de Professores).

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília MEC/SETEC, 2010.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Componente Curricular:

Curículos e Trabalho na EPT

Ementa:

Abordagens sobre currículo. Componentes de um currículo. Sujeitos da EPT e suas diversidades. Integração nos currículos de EPT. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de currículos na educação profissional. Planos de cursos, programas e projetos pedagógicos. Análise de experiências curriculares. O trabalho como princípio educativo. Itinerário formativo. Reconhecimento de saberes e certificação profissional. A carreira do professor EBTT no contexto de reconhecimento de saberes e competências.

Bibliografia:

APPLE, M. Política cultural e educação. São Paulo: Cortez, 2000.

BARROSO, João. A escola pública: regulação, desregulação, privatização. Porto: Edições ASA, 2003.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GIMENO SACRISTÁN, J. Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GOODSON, I. Currículo: Teoria e história. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

LISITA, Verbena Moreira S. De S. Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PACHECO, J.A. Currículo: teoria e práxis. Porto: Porto Editora, 1996.

SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (org). Currículo, Formação e Saberes Profissionais: a (re) valorização epistemológica da experiência. Salvador: EDUFBA. 2010.

SANTOS, Pablo S. M. Bispo dos. Guia prático da política educacional no Brasil. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

Componente Curricular:

Gestão em EPT

Ementa:

Dimensões pedagógicas, política e administrativa da gestão educacional. Prática de gestão democrática na escola. A aprendizagem organizacional, a liderança e o trabalho em equipe. Processos decisórios. A missão organizacional e o projeto político pedagógico no contexto das especificidades da EPT. Fundamentos e ferramentas de gestão. Gestão escolar: do planejamento estratégico à sala de aula. Fluxos e processos de trabalho

Bibliografia:

BELLOTO, Aneridis Aparecida Monteiro (Org.). Interfaces da Gestão Escolar. Campinas: Alínea, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Prêmio inovação em gestão educacional 2006: experiências selecionadas. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOPPEN, Norberto; LOBLER, Mauri Leodir. Processo Decisório em Organizações no Brasil: Um Exame dos Estudos Realizados entre 1993-2002. Salvador: Revista Organizações e Sociedade, v. 11, n. 29, p. 49-70, 2004.

HORA, Dinair Leal da. Gestão Democrática na Escola: artes e ofícios da participação coletiva. Campinas: Papirus, 1994.

LEITÃO, Sérgio Proença. O Poder no Contexto da Decisão Organizacional. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 30 (2), p. 137-151, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estruturas e organização. 10. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011

LÜCK, Heloísa. A Gestão Participativa na Escola. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. Concepções e processos democráticos de Gestão Educacional. 8a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro org. Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

RAMOS, A. G. A Nova Ciência das Organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SILVEIRA JÚNIOR, Aldery & VIVACQUA, Guilherme A. Planejamento Estratégico como Instrumento de Mudança Organizacional. Brasília: Editora da UNB, 1996.

VASCONCELLOS, Celso S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto políticopedagógico ao cotidiano da sala de aula , 6 ed. São Paulo: Libertad, 2006.

Componente Curricular:

Didática, Planejamento e avaliação da aprendizagem em EPT

Ementa:

Processos de ensino/aprendizagem e docente/educativo: conviver, ensinar, aprender , pesquisar e avaliar. Métodos participativos. O planejamento como estratégia interdisciplinar.

Planejamento de projetos didáticos ou projetos integradores. A construção histórica do insucesso escolar. Sujeitos da EPT e suas diversidades. Avaliação da aprendizagem na EPT. Relação entre proposta pedagógica institucional, planejamento educacional e avaliação da aprendizagem.

Bibliografia:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 15a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho - o conhecimento é um caleidoscópio. POA: Artmed, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Ed. Cortez, 1994. Série Formação de Professores.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. 2. Ed. Malabares Comunicação e Eventos, Salvador/BA, 2005.

MELCHIOR, Maria Celina. Da avaliação dos saberes a construção de competências. Porto Alegre: PREMIER. Ed. 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; CAMPOS, Edson Nascimento (Coord.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2008.

TARDIF, Maurice. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto político-pedagógico. 16a Ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Componente Curricular:

Tecnologias Educacionais

Ementa:

Ambiente virtual. Tecnologias educacionais e assistivas no contexto da EPT. O impacto das TICs no redimensionamento do espaço escolar e no processo de transposição didática. Movimento de software livre. As tecnologias e o letramento digital como formas de inclusão digital e social. Educação a Distância: perspectivas e panorama histórico mundial da EaD. A aprendizagem colaborativa apoiada por computadores. Formação de comunidades virtuais de aprendizagem. Tendências tecnológicas para a escola do futuro: o impacto do uso das novas tecnologias e redes sociais na formação dos jovens. Análise, produção e uso de material didático-pedagógico para o ensino da educação profissional e tecnológica.

Bibliografia:

BARATO, Jarbas N. Escritos sobre tecnologia educacional & educação profissional. São Paulo. Ed. SENAC. 2002.

GUTIERREZ, F., PRIETO, D. A Mediação Pedagógica - Educação à Distância Alternativa. Campinas- SP: Papirus, 1994.

HERNANDEZ, Fernando, et al. Aprendendo com as inovações nas escolas. Porto Alegre(RS). Artes Médicas Sul. 2000.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas - SP: LITWIN, E. LITWIN, E. (Org.). Educação a distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa. São Paulo: Artmed, 2001.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos e BEHRENS, Marilda. Novas tecnologias e mediação pedagógica. São Paulo: Papirus, 2003.

MOURA, D. H. Sociedade, educação, tecnologia e o uso das TIC's nos processos educativos. Trabalho necessário - Revista eletrônica do Neddate, Niterói, ano 2, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/hrdante%20TN2.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2004.

PALLOFF, Rena M. e Pratt, Keith. O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PETERS, O. Didática do ensino a distância: Experiências e estágios da discussão numa visão internacional. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2001.

PRADO, M. E. B. B.; VALENTE, J. A. A educação a distância possibilitando a formação do professor com base no ciclo da prática pedagógica. In: Moraes, M.C. (org.). Educação a distância: fundamentos e práticas. Campinas (SP): NIEDUNICAMP, 2002.

PRETTO, N. Educação e inovação tecnológica: um olhar sobre as políticas públicas brasileiras. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 11, p.75-84, maio/jul. 1999.

SILVA, Marco (org.). Educação on-line: teorias, práticas, legislação e formação corporativa. Loyola: São Paulo, 2003.

_____. (org.). Sala de aula interativa. Rio de Janeiro: Quartet, 3. ed., 2002. SILVEIRA, S. A. et. al. Software livre e inclusão digital. São Paulo: Conrad, 2003.

Componente Curricular:

Métodos e Técnicas de Pesquisa e Extensão em EPT

Ementa:

A Pesquisa como produção de conhecimento. Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Temáticas atuais e linhas de pesquisa emergentes na EPT. Tipos de Pesquisa. Metodologia de pesquisa aplicada a EPT. Elaboração do Projeto de pesquisa e seus elementos. Elaboração de artigo científico. O processo de inovação tecnológica. Política Nacional de Inovação.

Bibliografia:

- ALEXANDRE, Agripa Faria. Metodologia Científica e Educação. Florianópolis: UFSC, 2009.
- ALMEIDA, Carlos Cristiano Oliveira de Faria; MARCHI, Edilene Carvalho Santos; PEREIRA, André Ferreira. Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.
- ALVES-MAZZOTTI, Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências sociais; pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Editora Pioneira, 1998. 107p.
- ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos: guia prático para a elaboração e gestão de projetos. Porto Alegre: Tomo, 2004.
- BESSANT, J. e TIDD, J. Inovação e empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- CAMARGO, Célia Reis (org). Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador. São Paulo: UNESP, 2002.
- DEMO, P. Pesquisa e construção de conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- _____. Educar pela pesquisa. 7.ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2005.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JUNGMANN, D. de M. Inovação e propriedade intelectual: guia para o docente. Brasília: SENAI, 2010.
- SOARES, Maria Isolina de Castro. Leitura e práticas de pesquisa. In: MEDEIROS, Ilalzina Maria da Conceição et al. (org.). Diálogos sobre a Educação Profissional e Tecnológica. Colatina: IFES, 2011.

Componente Curricular:

Projeto de Observação Pedagógica (POP) e Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) em EPT

Ementa:

Projeto de observação e intervenção como eixo integrador de todos os componentes, fortalecendo a integração teoria/prática. Construção de uma proposta de intervenção utilizando-se de: Metodologia de projetos. Princípios interdisciplinares de organização pedagógica. O planejamento da pesquisa. Elaboração do Projeto de pesquisa com a análise e tratamento dos dados. Socialização dos resultados.

Bibliografia:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a Pesquisa Participante. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação - Os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NOGUEIRA, Nilbo. Pedagogia de Projetos. Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.

PERRENOUD, Philippe. Construir as Competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1993.

RANGEL, Mary. Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas. Papirus, Campinas, 2005. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ZABALA, Antoni. Prática Educativa. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.

4.4 O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Para a conclusão de curso será exigida a produção de um TCC cujas primeiras orientações estarão articuladas à disciplina Projeto de Intervenção e Melhoria da Prática Docente em EPT que se apresenta como eixo integrador de todos os componentes, fortalecendo a integração teoria/prática partindo do seguinte:

1º Construção de um Projeto de Observação Pedagógica (POP) voltado para elementos do processo de ensinar e aprender, que deverá contemplar os seguintes itens:

- a) Aspectos históricos e políticos da Educação Profissional e da Instituição na qual a intervenção será realizada.
- b) Contexto ao qual a Instituição está inserida: contexto social e cultural da comunidade e das famílias atendidas; Contexto interno do estabelecimento (infra-estrutura, sujeitos desse contexto);
- c) Concepções de homem, Sociedade, Educação, de ensinar e aprender, conhecimento, Cultura. que nortearão o processo de observação.
- d) Aspectos legais que norteiam a instituição; normativas oficiais, institucionais, Projeto Político Pedagógico, Plano de Desenvolvimento Institucional, entre outros.
- e) Justificativa (eleger o foco do objeto de observação, justificando o recorte do mesmo)
- f) Objetivos.
- g) Delinear os encaminhamentos metodológicos que nortearão a observação com projeção para a realização do Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP).

2º Construção de um Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) partindo-se do percurso feito no Projeto de Observação Pedagógica (POP).

O PIP seguirá os mesmos passos do POP, porém agora dando maior rigor à análise e tratamento dos dados, culminando em um artigo que deverá expressar uma reflexão crítica e analítica utilizando-se como base as referências teóricas do curso e deverá ser redigido e estruturado de acordo com as normas da ABNT, e sendo os resultados socializados por meio de apresentação e defesa perante uma banca.

Esse trabalho final, poderá ser também um Documentário, desenvolvimento de uma nova tecnologia, todos, seguindo normas da ABNT.

De acordo com o art. 6º da Resolução CNE/CES N°1 de 08/06/2007, a elaboração do TCC da pós-graduação deve ser individual, bem como a sua defesa também deverá atender à exigência de ser individual e presencial. A defesa será feita mediante uma banca examinadora composta pelo orientador e dois professores, podendo ser presencial ou por meio de videoconferência. A banca examinadora, após a apreciação dos trabalhos, atribuirá o resultado final: Aprovado, Aprovado Condicionalmente ou Não Aprovado.

No caso da Aprovação Condicional será concedido ao aluno o prazo de, no máximo, 30 dias corridos a contar da data da apreciação do TCC para o cumprimento das exigências da banca examinadora

5 METODOLOGIA

5. 1 Concepções gerais da Metodologia de Curso

Para atender os objetivos do curso e as especificidades da modalidade a distância (EaD), assim como possibilitar o diálogo entre as tecnologias e a comunicação, a metodologia lançará mão de diferentes meios para a interação entre estudantes, tutores e professores no decorrer do curso. Assim, serão utilizadas múltiplas mídias, cada uma com suas especificidades, no intuito de contribuir para o alcance de diferentes níveis de aprendizagem, atendendo à diversidade e heterogeneidade do público-alvo, sendo que tais mídias deverão estar integradas e serem complementares entre si.

A carga horária das disciplinas será cumprida no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde o aluno poderá acessar os conteúdos das aulas, realizar avaliações, estudos e outras atividades previstas. No AVA o estudante terá acesso ao professor da disciplina por meio de mensagens, chats e fóruns. Além disso, terá atendimento frequente do tutor a distância, que irá auxiliá-lo durante o desenvolvimento das disciplinas, com o acompanhamento das atividades postadas, chats e fórum de discussões, entre outros recursos disponíveis. Finalmente, o curso disponibilizará, no ambiente virtual, materiais didáticos, tais como apostilas, vídeos e textos atualizados, que permitirão ao aluno complementar suas horas de estudo.

Vale destacar a importância da Biblioteca Virtual, aqui definida como o local onde estarão disponíveis bibliografias, textos e artigos, além de indicações de sites que tratam das diferentes temáticas abordadas no curso, tais como: a problemática das tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação, educação a distância, entre outros, cuja finalidade será subsidiar o processo de formação, estabelecendo um elo entre a teoria e a prática.

Além disso, os alunos participação de encontros presenciais que serão destinados à realização das avaliações presenciais e deverão ocorrer ao final de cada disciplina.

O estudante contará ainda com o polo de apoio presencial, local destinado à realização das atividades presenciais e apoio logístico que garantam ao aluno dar continuidade de forma efetiva ao curso mediante a apropriação eficiente das técnicas e ferramentas que permitam o desenvolvimento da aprendizagem individual a distância. O horário de funcionamento dos polos presenciais será definido após acordos firmados com esses polos e serão divulgados amplamente.

5.2 O Ambiente Virtual de Aprendizagem

Para que ocorra o processo de ensino aprendizagem no AVA (ambiente virtual de aprendizagem), o IFSULDEMINAS a plataforma Moodle, hospedada no servidor da Reitoria na DTI, que permite até 10.000 acessos simultâneos. O sistema comporta a manutenção dos conteúdos postados online e o gerenciamento de todas as informações do processo EaD na instituição.

A plataforma Moodle possibilita a gestão de informações acadêmicas, administrativas (notas), além de permitir a comunicação, sendo possível a integração entre alunos, professores e tutores. A escolha pelo Moodle foi realizada em virtude de ser um software de domínio livre e atender aos objetivos da EaD do IFSULDEMINAS. O servidor está instalado na Reitoria, que fará a alimentação do sistema e o gerenciamento das informações.

5.3 O Material Didático

O material didático traduzirá os objetivos do curso, abordará os conteúdos expressos nas ementas e levará os estudantes a alcançarem os resultados esperados em termos de conhecimentos e habilidades. Assim, o material didático disponibilizado aos estudantes permitirá a formação definida no Projeto Pedagógico do Curso, considerando aspectos como: abrangência, disponibilidade de acesso pela população envolvida, bibliografia adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.

Dessa forma, o professor será responsável pelo planejamento, elaboração e seleção do material didático das unidades curriculares do curso e pela orientação dos tutores em suas atividades didáticas.

O material didático do curso será disponibilizado no AVA (Moodle) em formato digital, possibilitando o acompanhamento do estudante.

5.4 Mecanismos de Interação

Além do material didático apresentado anteriormente, haverá uma disciplina específica de Ambientação, cujo objetivo é orientar os alunos em relação ao acesso ao curso e à Plataforma Moodle. Da mesma forma, é prevista uma política de atendimento e acompanhamento constante dos estudantes, bem como, a implementação de outros e necessários mecanismos de sua interação com docentes e tutores, o que além de tornar o curso mais dinâmico ainda poderá prevenir possíveis evasões.

Os mecanismos de interação permitirão o desenvolvimento autônomo dos estudantes, bem como a aquisição de conhecimentos e habilidades e, ainda, o desenvolvimento da sociabilidade,

por meio de atividades de comunicação, interação e troca de experiências. Assim, os mecanismos de interação previstos estão elencados a seguir:

- a) Site do curso: oferece o conteúdo e as informações referentes ao curso de forma a aproveitar o potencial pedagógico do computador; permitindo a troca de mensagens; o envio de avisos; a possibilidade de atividades avaliativas, além de oferecer materiais complementares de estudo.
- b) Correio Eletrônico: possibilita comunicações entre os atores envolvidos no processo de aprendizagem. As mensagens ficam registradas tanto no ambiente virtual de aprendizagem, como no e-mail cadastrado para o participante.
- c) Chats (bate-papo): possibilita comunicações síncronas entre os atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem.
- d) Fórum: promove discussão assíncrona e permite que todas as mensagens trocadas fiquem registradas, oferecendo aos participantes a possibilidade de acompanhamento das discussões no decorrer do curso e uma avaliação mais detalhada da participação do aluno.
- e) Tarefa: permite que atividades de avaliação sejam propostas pelo professor/tutor e postadas pelos cursistas, seguidas de avaliações com feedbacks, comentários e notas.

5.4 Atividades de Tutoria (Mediação)

Por ser um curso a distância, em que o aluno está fisicamente distante do professor, a tutoria se destaca como um dos essenciais componentes para que a comunicação entre estes dois elos comunicacionais se estabeleça.

Nos diversos modelos de EaD, a tutoria desempenha funções de mediação entre os conteúdos das disciplinas e os alunos, entre professores e alunos, e os alunos entre si. O tutor a distância, no exercício da função não docente, participaativamente da prática pedagógica. Trata-se de um profissional que deve ser graduado na área do curso, devidamente capacitado para utilização das TICs, que atue a partir do IFSULDEMINAS e por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, medeie o processo pedagógico com estudantes geograficamente distantes e que seja referenciado aos polos de apoio presencial.

São atribuições gerais do tutor a distância: esclarecer dúvidas através dos fóruns de discussão na internet, por meio de telefone, através de participação em videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimentos; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; assistir ou auxiliar o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

São atribuições específicas do tutor à distância: λ

- a) ministrar as atividades típicas de tutoria à distância ou presencial;
- b) auxiliar os alunos nas atividades do curso;
- c) mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- d) coordenar as atividades presenciais;
- e) supervisionar as atividades do ambiente virtual de aprendizagem (AVA);
- f) apoiar o professor da disciplina nas atividades do curso;
- g) redigir os relatórios de regularidade dos alunos e os de desempenho dos alunos nas atividades;
- h) estabelecer e promover contato permanente com os alunos;
- i) aplicar avaliações.

Por conseguinte, os tutores assumem o papel de orientar o estudante durante o processo de aprendizado, com flexibilidade para adaptar-se a situações muito diferenciadas.

Já quanto ao processo de interatividade entre alunos e tutores a distância, este realizar-se-á utilizando-se de ferramentas e suportes, tais como: fóruns, sala de bate papo, e-mail e videoconferência, conforme plano pedagógico da disciplina, fazendo uso dos espaços oferecidos no ambiente virtual de aprendizagem Moodle.

6 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

6.1 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

As avaliações serão realizadas de forma contínua, através das atividades e tarefas em que serão observadas a capacidade do estudante de refletir sobre conceitos, pesquisar, perceber suas dificuldades e superá-las, visando a sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão desejado pelo curso.

Nas discussões através de fóruns, o estudante deve atentar para que suas contribuições tragam reflexões relevantes sobre o tema discutido, comentar a contribuição dos colegas, trazer um questionamento novo sobre o tema e, ainda, oportunizar indicação de material complementar que possa enriquecer a discussão.

Será atribuído um total de 10 (dez) pontos para cada disciplina, distribuídos de acordo com os critérios previamente descritos nos planos de ensino. A soma dos pontos atribuídos às avaliações em cada uma das disciplinas totalizará o desempenho acadêmico e o aproveitamento do discente.

Conforme Regimento Interno da Pós-graduação no IFSULDEMINAS, os cursos de pós-graduação Lato Sensu oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais.

6.2 Da Frequência

Conforme Regimento Interno da Pós-graduação no IFSULDEMINAS, na modalidade a distância somente será computada a frequência nas atividades presenciais.

A frequência ao curso fica assegurada somente aos alunos aprovados através de seleção por força de edital e regularmente matriculados no curso.

6.3 Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

O estudante será aprovado nas disciplinas em que obtiver nota final igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

Será reprovado nas disciplinas o discente que obtiver nota final inferior a 7,0 (sete) pontos;

6.4 Desligamento do Discente

Conforme previsto no Regimento Interno da Pós-graduação no IFSULDEMINAS, o desligamento de discente ocorrerá por ato formal do colegiado de curso, nas seguintes situações:

- a) Quando for reprovado em mais de 02 (duas) disciplinas de um mesmo módulo;

- b) Quando acumular 04 (quatro) ou mais reprovações em disciplinas no decorrer do curso;
- c) Quando não cumprir rigorosamente com as datas de renovação de matrícula estabelecidas, sendo considerado desistente;
- d) Quando da clara impossibilidade de integralização curricular dentro do prazo máximo previsto.
- e) Quando comprovada infração disciplinar que caracterize a expulsão, desde que contemplada em regulamentos e regimentos do IFSULDEMINAS.
- f) Quando ultrapassar o limite de 25% de ausência do total de encontros presenciais previstos para os cursos ofertados na modalidade presencial e semi-presencial.

6.5 Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O curso será avaliado semestralmente por mecanismos que permitam análises e conclusões que serão utilizadas como balizamento nas ações de melhoria da qualidade. Essa avaliação tem por objetivo verificar a eficiência e eficácia do curso e terá como elementos básicos de análise:

- a) Adequação do PPC para atingir os objetivos desejados.
- b) Necessidade de alterações das ementas às novas realidades.
- c) Adequação da bibliografia utilizada nas disciplinas levando em consideração a evolução do conhecimento ao longo dos anos.
- d) Verificação de adequação dos mecanismos de avaliação de aprendizagem.
- e) Outros elementos relevantes para a melhoria do curso.

A avaliação do projeto pedagógico será do tipo quantitativo/qualitativo e terá como mecanismo de coleta de dados o questionário.

De posse do parecer emitido sobre os itens elencados acima, o Colegiado do Curso avaliará a necessidade de alterações no PPC.

7 APOIO AO DISCENTE

7.1 Atendimento Geral

O apoio ao discente contemplará:

- a) Acessibilidade arquitetônica – Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- b) Acessibilidade atitudinal – Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.
- c) Acessibilidade pedagógica – Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.
- d) Acessibilidade nas comunicações – Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
- e) Acessibilidade digital – Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

7.2 Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

Ressalta-se que os espaços estruturais do campus, internos e externos, possibilitam acessibilidade às pessoas com necessidades específicas. Embasado no Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, o Instituto Federal do Sul de Minas, Campus Passos articula-se de maneira tal a suprir as demandas mencionadas no decreto, em seu Capítulo III, art. 8º, como:

- I – disponibilização de acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- II – eliminação de barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

Portanto, o IFSULDEMINAS é adequado quanto à infraestrutura física e curricular, pois prioriza o atendimento e acesso ao estabelecimento de ensino em qualquer nível, etapa ou modalidade, proporcionando condições de utilização de todos os seus ambientes para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. De acordo com a demanda gerada pelo corpo discente, o IFSULDEMINAS buscará inserção das ajudas técnicas – produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida.

Além disso, o IFSULDEMINAS conta com o apoio do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que visa garantir aos discentes com deficiência, condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição. De acordo com a Resolução CONSUP Nº 30/2012 - Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do IFSULDEMINAS, como expostas:

Art. 5º – Ao NAPNE compete:

I – Refletir e promover a cultura da inclusão no âmbito do IFSULDEMINAS por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas e ações inclusivas nas esferas municipal, estadual e federal;

II – Implantar e implementar políticas de acesso, permanência e conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do discente, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil.

III – Assegurar ao discente com necessidades especiais o espaço de participação, de modo que, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos e também valores sociais consistentes que o levem a atuar na sociedade de forma autônoma e crítica.

IV – Propiciar o envolvimento da família do discente com necessidades especiais nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho.

V – Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ensino regular.

VI – Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e sociedade civil.

VII – Captar e gerir os recursos financeiros disponibilizados pelo poder público e iniciativa privada, definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais.

VIII – Sugerir a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos discentes com necessidades especiais, possibilitando a estruturação dos Núcleos de Acessibilidade.

IX – Fazer cumprir a organização curricular diferenciada, bem como a adequação de métodos, técnicas, recursos educativos e demais especificidades pedagógicas que se fizerem necessárias.

X – Incentivar projetos de pesquisa e projetos de extensão na área da Educação Inclusiva.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se por Núcleo de Acessibilidade aquele composto por profissionais, não necessariamente que compõem o NAPNE, que auxiliarão diretamente os discentes com necessidades especiais.

Ademais, o curso pautar-se-á pelo atendimento à Lei de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Também embasando-se no PDI 2014-2018, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas analisam os laudos médicos quando apresentados e, no caso de ingresso do candidato, encaminham as providências para que os novos estudantes tenham pleno acesso aos serviços pedagógicos, além da exigência da construção do PEI – Plano Educacional Individual, de acordo com a comprovação e análise dos laudos médicos em que serão registradas dificuldades, intervenções, estratégias a serem utilizadas dentro e fora da sala de aula que possibilitem o desenvolvimento dos conhecimentos e capacidades previstas durante o processo de ensino-aprendizagem, abordando as diversas esferas, tais como o desenvolvimento das habilidades cognitivas, metacognitivas, interpessoais, afetivas, comunicacionais e outros.

8 COLEGIADO E COORDENAÇÃO DE CURSO

8.1 Funcionamento do Colegiado de Curso ou equivalente

Conforme Regimento Interno da Pós-graduação no IFSULDEMINAS, o Colegiado de Curso, órgão técnico, consultivo e deliberativo em assuntos pedagógicos, científicos, didáticos e disciplinares no âmbito do curso, será constituído:

- I) Pelo coordenador do curso, assumindo a função de presidente, com mandato de 02 (dois) anos;
- II) Por 3 (três) professores efetivos do curso, eleitos pelos seus pares, com mandato de 02 (dois) anos;
- III) Por um representante do corpo discente do curso, eleitos pelos seus pares, com mandato de 1 (um) ano.

O colegiado de curso se reunirá ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo coordenador de curso ou por requerimento de 2/3 (dois terços) dos seus membros, com indicação do motivo e convocação com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I) Aprovar o projeto pedagógico do curso após elaboração pelo NDE e estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;
- II) Deliberar sobre editais e projetos relativos ao curso;
- III) Aprovar o plano geral de atividades do curso e auxiliar nos processos seletivos;
- IV) Avaliar o desempenho do corpo docente;
- V) Deliberar sobre normas de prestação de serviços à comunidade relacionadas com o curso;
- VI) Acompanhar o processo de aprendizagem do corpo discente;
- VII) Deliberar sobre alterações e/ou modificações do currículo do curso com observância das normas para funcionamento dos cursos de pós-graduação;
- VIII) Analisar, aprovar e avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações quando necessárias;
- IX) Deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para a conclusão de curso;
- X) Deliberar sobre os pedidos de aproveitamento de disciplinas para o caso previsto neste regimento;
- XI) Receber e encaminhar as questões de ordem disciplinar discente;
- XII) Atuar como instância recursiva às decisões do coordenador do curso;
- XIII) Estipular claramente as modalidades do TCC devendo constar no PPC;
- XIV) Exercer as demais atribuições decorrentes da legislação em vigor e deste regimento.

8.2 Atuação do(a) Coordenador(a)

A coordenação de curso será exercida por professor efetivo do IFSULDEMINAS com formação na área.

Conforme Regimento Interno da Pós-graduação no IFSULDEMINAS, compete ao coordenador de curso:

- I) Auxiliar os docentes e discentes nas suas demandas para que possam desenvolver suas atividades acadêmico-científicas de forma satisfatória e com qualidade;

- II) Elaborar e divulgar com antecedência os horários das disciplinas do período letivo vigente;
- III) Manter constante comunicação, atuando como interlocutor entre os membros da comunidade acadêmica;
- IV) Zelar pelo cumprimento dos compromissos dos corpos docente e discente;
- V) Zelar pelo cumprimento do projeto pedagógico de curso e deste regimento;
- VI) Propor mudanças no projeto pedagógico de curso, buscando aprimoramento do curso, respeitando as câmaras para aprovação;
- VII) Auxiliar o processo seletivo;
- VIII) Aprovar os programas e planos de ensino das disciplinas e verificar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas;
- IX) Representar o curso junto aos órgãos da unidade de ensino;
- X) Convocar e presidir as reuniões de docentes do curso e do colegiado de curso;
- XI) Supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores;
- XII) Coordenar os trabalhos de elaboração do currículo pleno do curso, bem como de suas modificações, para submissão aos órgãos competentes;
- XIII) Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regimentais do curso e do IFSULDEMINAS;
- XIV) Promover semestralmente ações de avaliação do curso, permitindo a manifestação dos discentes sobre todos os aspectos;
- XV) Auxiliar sobre as propostas de temas de TCC advindas do corpo docente e discente;
- XVI) Viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento dos TCCs;
- XVII) Organizar os grupos de professores orientadores e quando necessário, auxiliar o processo de substituição do mesmo;
- XVIII) Elaborar o cronograma para a apresentação do TCC;
- XIX) Encaminhar à SRA, ao final do período letivo, as atas de defesa e aprovação do TCC para arquivamento.

9 CERTIFICAÇÃO

O discente que cumprir com todas as exigências regimentais e pedagógicas do curso será certificado especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, conforme Resolução CNE n° 1 de 6 de Abril de 2018.

O certificado de conclusão de curso de especialização deverá ser acompanhado do respectivo histórico escolar, no qual deverá constar, obrigatória e explicitamente:

- a) ato legal de credenciamento da instituição, nos termos do artigo 2º da Resolução CNE 01 de 06 de abril de 2018;
- b) identificação do curso, período de realização, duração total, especificação da carga horária de cada atividade acadêmica;
- c) elenco do corpo docente que efetivamente ministrou o curso, com sua respectiva titulação;
- d) relação das disciplinas, carga horária, nota obtida pelo aluno, frequência, nome do docente responsável;
- e) título do trabalho de conclusão do curso e nota obtida;
- f) declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da Resolução CNE 01 de 06 de abril de 2018 ou resolução que a altere.

Os certificados de conclusão de curso de pós-graduação Lato sensu, enquadrados nos dispositivos estabelecidos na Resolução CNE 01 de 06 de abril de 2018, terão validade nacional.

Para a emissão do certificado de conclusão de curso é necessário que o discente apresente na SRA os seguintes documentos:

- a) Documento comprobatório do cumprimento, por parte do discente, de todas as exigências relativas ao TCC, inclusive da entrega da versão finalizada do trabalho, que deverá ser expedido pelo coordenador de curso;
- b) Nada consta, emitido pela biblioteca, atestando que o discente não possui débitos com a instituição e que a versão final foi entregue;
- c) Outros documentos que possam fazer parte da exigência da SRA.

O discente que, por qualquer motivo, não cumprir completamente com as exigências regimentais e pedagógicas do curso, não será certificado. No entanto, poderá requerer, junto à SRA, documento que comprove as disciplinas cursadas com aproveitamento.